

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, ESPECIAL E POLÍTICAS DE INCLUSÃO SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION AND INCLUSION POLICIES

Izabel Cristina Ribeiro Mendes

UFT

Resumo: Presente artigo pretende discorrer acerca da educação inclusiva, abordando o ensino especial e as políticas voltadas para a inclusão. Observando a realidade educacional contemporânea, os paradigmas conceituais e as alterações legislativas que veem sendo criadas e defendidas em documentos nacionais e internacionais. Nota-se que a inclusão deve ser vista como direito de todas as pessoas com deficiência e das atitudes necessárias para a efetivação de uma prática menos preconceituosa e segregacionista. Esses pontos, permitem reflexões sobre a necessidade de se compreender o que de fato é a inclusão e que a escola precisa ser um espaço para a expressão das diferenças. Sendo assim, discute-se a necessidade do compromisso governamental no sentido de efetivar investimentos que contribuam para a implementação das ações educacionais necessárias para uma verdadeira inclusão.

Palavras-chave: Educação. Inclusiva. Políticas. Ensino.

Abstract: This article intends to discuss inclusive education, addressing special education and policies aimed at inclusion. Observing the contemporary educational reality, the conceptual paradigms and legislative changes that are being created and defended in national and international documents. It should be noted that inclusion must be seen as a right for all people with disabilities and the attitudes necessary to implement a less prejudiced and segregationist practice. These points allow reflections on the need to understand what inclusion actually is and that the school needs to be a space for the expression of differences. Therefore, the need for government commitment to make investments that contribute to the implementation of educational actions necessary for true inclusion is discussed.

Key-words: Education. Inclusive. Policies. Teaching.

Recebido em 03 de julho de 2023.

Aprovado em 20 de dezembro de 2023.

Introdução

A educação inicia-se a partir do momento que ingressamos na escola, sendo ela uma instituição primária de acumulação de conhecimento, enfrentou o desafio de se tornar inclusiva. Portanto, a implicação é que ainda existe na sociedade práticas que promovem a exclusão, separação e discriminação de pessoa. Quando se é apresentado o tema inclusão, remonta ao debate sobre o direito à igualdade e o direito de ir e vir, de transitar no país com as mesmas oportunidades que qualquer pessoa.

As sociedades são inerentemente multiculturais, por mais homogêneas que tentem parecer. Não existe país ou grupo social em que todos os indivíduos sejam ou atuem da mesma

forma, ou professem a mesma fé ou tenham as mesmas aspirações. Os humanos são completamente únicos tanto nas suas buscas diárias pela sobrevivência como nas suas interpretações simbólicas. O grupo é construído sobre a necessidade histórica de estar com os outros. Mas pertencer à sociedade não significa abrir mão da individualidade. Por outro lado, a pertença a um grupo só importa na medida em que o estatuto único de cada um dos seus componentes é preservado.

A necessidade de liberdade também faz parte da natureza humana. Liberdade de se apresentar à sua maneira, de ver e pensar o mundo, suas totalidades e limites à sua maneira, dono e senhor da própria originalidade. A inclusão não significa, portanto, homogeneização, mas, pelo contrário, um espaço de expressão das diferenças.

Contudo, além das diferenças de pensamentos e escolhas diferentes, o artigo também propõem um estudo acerca da inclusão de pessoas com deficiência trazendo o entendimento da inclusão como uma necessidade da sociedade, não um luxo. Todas as pessoas devem ser incluídas no sistema e as leis devem ser voltadas para nivelar as oportunidades de um ser, independentemente de suas limitações.

Uma diferença que aparece não como desigualdade, mas como uma afirmação óbvia do princípio de que todos são iguais no universo dos direitos humanos, da liberdade de expressão, da sobrevivência digna e das oportunidades. Sendo assim, por entender que o grande desafio é como implementar este princípio, o artigo discorre acerca do porque não existem grandes diferenças na prática pedagógica no desejo de inclusão. Entende-se que pode até trazer o entendimento de ser um pouco óbvio, como se a educação e a inclusão fossem partes naturais de um todo indivisível. No entanto, ao analisar a situação, percebe-se que as instituições de ensino e as suas fissuras e deficiências são óbvias.

METODOLOGIA

Metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica.

Conforme Rudio (1986) pesquisas são atividades relacionadas para a busca de um determinado conhecimento, na qual é feita de modo sistematizado utilizando o próprio método e técnicas específicas. Conforme Gil analisa, Pesquisa é definida como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.

O autor da sequência ao seu pensamento discorrendo que A pesquisa desenvolve – se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. Para atender os objetivos propostos neste estudo, escolheu-se como método a pesquisa do tipo exploratória.

De acordo com Uw e Flick (2009), o procedimento trata de lograr os objetivos traçados e é caracterizado como pesquisa exploratória, tendo por finalidade expor e conceituar os problemas mais incisivos que podem auxiliar em estudos vindouros.

A coleta de dados será realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica, que é um dos tipos de pesquisa exploratória. Fonseca (2002) explica que a pesquisa bibliográfica se dá por meio do levantamento de referências teóricas que já foram analisadas e publicadas, como artigos, teses, dissertações e livros. Segundo o autor, todo trabalho científico tem como princípio a pesquisa bibliográfica, permitindo a quem pesquisa, o conhecimento estudado sobre o assunto.

REVISÃO DA LITERATURA

A escola reflete a sociedade, e tanto professores quanto alunos trazem para ela todas as contradições. O nosso modelo económico capitalista é inerentemente excludente e concentrado. A luta pelo maior lucro é a principal força que o impulsiona. E no Brasil, pelas suas características históricas, essa disputa assume uma dimensão quase grotesca: uma minoria recebe a maior parte da renda e da riqueza, enquanto a maioria da população tem que conviver com salários decrescentes e trabalho precário.

A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas em Educação Especial alerta que “o elevado percentual de deficiências é consequência direta da falta de conhecimento, da pobreza e dos baixos padrões de saúde” (BRASILIO, 199 , p. 6).

E os meios de comunicação, extremamente oligopolistas e ideológicos, cuja riqueza pertence à classe social que beneficia deste sistema, tentam evitar um debate que condene esta situação. O próprio sistema escolar é distintamente separado e desigual. (CRUZ. 2012)

Por outro lado, escolas privadas de alta qualidade, onde só a elite pode entrar, treinam essas mesmas elites para produzir desigualdade. Por outro lado, escolas públicas com padrões muito mais baixos, professores inseguros e mal pagos, e que fazem muito mais para formar a força de trabalho para o mercado de trabalho do que cidadãos críticos e informados. Este é o universo no qual a escola está inserida. E as diferenças não dizem respeito apenas às classes

econômicas e sociais. (CUNHA. 2010)

Apresentam-se também de outras formas: fisicamente, de acordo com a idade, diferença sociocultural e nível educacional. Existem muitos elementos e características, tanto temporários como persistentes, que exigem políticas educativas, conhecimentos pedagógicos e currículos específicos e flexíveis. Nas últimas três décadas, houve um debate teórico no Brasil, que se refletiu na adoção de legislação de educação inclusiva, com foco principalmente em alunos com necessidades educacionais especiais identificadas. (CROCHIK. 2011)

As diretrizes educacionais e a constituição diferem desta Nacional, desde 1996, e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, ambas compatíveis com a Constituição Brasileira de 1988 e com documentos internacionais como a Declaração de Jomtien sobre Educação de 1990 e a Declaração de Princípios de Salamanca. , Política e Prática para Necessidades Educacionais Especiais, 199 .

A ideia principal é a de que a escola, baseada em valores como liberdade, tolerância, convivência, democracia, pluralidade, respeito, singularidade, solidariedade e equidade deveria:

(...) acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas (...). Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (BRASIL, 1994, p.6).

Importante ressaltar que embora a educação inclusiva se destine principalmente às crianças, ela não envolve apenas as crianças, mas envolve todos, incluindo jovens e adultos. Devido a práticas históricas de exclusão, o nosso país tem um grande número de jovens e adultos analfabetos ou analfabetos funcionais e que exigem a oportunidade de reintegração nas escolas. Dadas as suas características específicas, este grupo também requer atenção especial, principalmente porque a maioria deles já ingressou no mercado de trabalho e, em grande parte, não ingressou no sistema escolar nem sequer frequentou a escola.

As políticas de integração escolar também criam a necessidade de um atendimento diferenciado para determinados tipos de alunos. Isso é comumente conhecido como educação especial ou atendimento educacional especializado na educação geral, também conhecido como pedagogia diferenciada, ou também pode ser chamado de educação especial para atender

às particularidades de determinados grupos. (FREITAS. 2006)

A medida em que o conceito acerca da educação inclusiva foi se abrangendo na sociedade, os grupos, conforme mencionado acima, que precisavam dessa inclusão para se encaixar na sociedade também foram aumentando, observa-se que a princípio se referia apenas aos alunos com alguma deficiência depois passou também a agrupar aqueles com dificuldades acentuadas de aprendizagem não vinculadas a causas orgânicas, mas a questões socioeconômicas e culturais. (GOMES. 2005)

O Ministério da Educação, através das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, esclarece que:

Tradicionalmente, a educação especial tem sido concebida apenas ao atendimento de alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, físico-motoras e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação. Hoje (...) a ação da educação especial amplia-se, passando a abranger (...) dificuldades de aprendizagem relacionadas à (...) dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento (...) como (...) a dislexia e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolinguísticos, psicomotores, de comportamento; e ainda fatores ecológicos e socioeconômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional (BRASIL, 2001, p. 43-44).

Dentro da grade de alunos que necessitam de um atendimento especializado, destacam-se as seguintes especificidades: superdotação, condutas típicas (fobias, alheamentos, agressividade, isolamento, irritação, dispersão, etc), deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência física, deficiência intelectual e deficiência múltipla.

Observa-se que a diversidade abrangente a um grande número de pessoas, sendo assim algumas técnicas, procedimentos e metodologias poderão ser aplicados de forma genérica, mas será igualmente necessária uma atenção específica e individualizada. (BEZERRA. 2013)

Com base no que foi apresentado, nota-se que a educação inclusiva e o atendimento das especificidades dos alunos permeiam todos os níveis de ensino da Educação Infantil ao Ensino Superior, contemplando a educação de jovens e adultos, o ensino profissionalizante e de grupos étnicos como quilombolas e indígenas. (BEZERRA. 2013)

É de extrema importância que a educação inclusiva esteja totalmente para a resposta em que o aluno dá para a educação que esteja recebendo, ou seja, que esteja focado em seu crescimento e aprendizado e não na deficiência ou outra condição de desvantagem, mais

fundada na perspectiva social que limita ou o impede de ter as mesmas oportunidades de desenvolvimento pessoal, desvinculando-se a idéia de que a incapacidade esta sempre no sujeito e nunca em seu entorno. Sendo assim, se torna importante preciso considerar que o entorno social é que é responsável por fazer com que a pessoa seja mais ou menos deficiente e capaz (AINSCOW, 2001).

A educação inclusiva se torna uma necessidade a partir do momento em que a sociedade e legislação exige da escola uma postura pedagógica fundada no respeito às diferenças sociais, culturais econômicas e pessoais e cobra da escola respostas educacionais através de currículos flexíveis adaptados e emprego de recursos didáticos tecnológicos que favoreçam e potencializem o aprender e, professores bem instrumentalizados para mediar a aprendizagem. (GLAT, 2007)

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A proposta de uma educação inclusiva efetiva-se prioritariamente através de turmas mistas, na qual todos os alunos, com ou sem necessidades especiais, devem estar inseridos em uma mesma turma. Observa-se a complexidade do pensamento quando entende-se que a escola deve ser igual para todos e diferente para cada um.

Sendo assim, trazendo o Ministério da Educação acerca da Educação Especial como:

Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (...) em todas as etapas e modalidades da educação (BRASIL, 2001, p.39).

Discorrendo ainda acerca sobre a implantação e implementação dos serviços de educação especial, as diretrizes no MEC prevêm o atendimento prioritário na rede regular de ensino, através da organização de classes comuns e de serviços de apoio pedagógico especializado, as classes especiais são admitidas apenas em caráter extraordinário e transitório, devido ao seu caráter segregador, contraria os princípios da educação inclusiva. Ressalta-se a necessidade de que os alunos sejam distribuídos pelas diversas classes comuns do seu respectivo ano escolar.

Partindo desta premissa, percebe-se que é uma proposta radicalmente oposta à

concepção de turmas homogêneas, a velha prática de segregar os alunos “diferentes” e encaminhá-los a escolas especializadas ou mesmo no contexto da escola regular em salas especiais longe do convívio com seus pares ditos “normais”.

Esta postura resulta, muitas vezes, de uma total insensibilidade, mas também de uma resistência muito forte ao contato diário e intenso entre crianças com e sem deficiências, até porque os alunos com deficiência têm limitações físicas, sensoriais ou intelectuais significativas por definição e necessitam de instrumentos e apoios que os demais alunos não necessitam. Só que esses apoios podem perfeitamente ocorrer de maneira concomitante com o acesso à escola comum, de várias formas. O que não pode é se admitir a educação especial, totalmente substitutiva do ensino comum, como sistema de ensino à parte, pois isso resultaria no exercício de ‘direitos separados’ (...). Fora isso, a falta desse contato diário e intenso gera um prejuízo para todas as crianças, com e sem deficiência. (BRASIL, 2006, p. 55).

Para a fisioterapeuta Rita Bersch:

O ensino especial, desde a Constituição de 1988, deixou de ser substitutivo do ensino regular e passou a ser um complemento da formação dos alunos com deficiência. A educação especial deve então ministrar o atendimento educacional especializado a todos os alunos com deficiência, que dele necessitem, de forma complementar e em turno oposto àquele que eles frequentam na escola. E ensino especial como modalidade de ensino, perpassa todos os níveis escolares e deve acompanhar o aluno, desde a Educação Infantil à universidade (BRASIL, 2006, p. 39).

As escolas são espaços sociais com regras de conduta claras e têm a responsabilidade de educar as pessoas sobre o facto de que a diversidade é parte integrante da condição humana e que aceitar e compreender os outros é uma extensão de si mesmo. A convivência respeitosa entre diferentes pessoas desencoraja preconceitos e atitudes racistas e promove um sentimento de pertencimento para todos.

Ele não parece mais uma ameaça ou um inferior, mas passa a ser visto como semelhante, igual. Floresce um espírito de respeito, generosidade e solidariedade. As crianças desenvolverão confiança nos seus pares e, o mais importante, confiança. As escolas tornam-se microcosmos da vida social e os estudantes cidadãos podem tornar-se as sementes de indivíduos socialmente justos e responsáveis, quebrando gradualmente velhos paradigmas que dividem erradamente o mundo entre bons e maus, capazes e incompetentes, ricos e pobres, vencedores e perdedores.

Se acreditarmos que o papel da escola é construir cidadania através do acesso ao conhecimento, isto só será possível se dentro da escola tivermos uma verdadeira representação do grupo social que está fora da escola: pessoas com diferentes credos, de raças diferentes, com saberes diferentes, pessoas sem deficiência (existem?) e pessoas com deficiência. A experiência de conviver com a diversidade, tão necessária para a vida, nunca será exercida num ambiente educacional segregado, onde a diversidade humana não esteja representada (BRASIL, 2006, p. 47).

A inclusão dentro de uma instituição escolar possibilita aos alunos com deficiência ou outra especificidade, partilhar do mesmo espaço social educacional que os demais e estimula a aprendizagem colaborativa. Sendo assim, a partir do momento em que aos demais alunos, oportuniza a troca, a convivência com o diferente, o respeito à diversidade, a sensibilização e a tolerância. A educação inclusiva traz benefícios a todos que a decidem praticá-la, ela melhora o ambiente escolar e promove uma melhor convivência na sociedade.

A ideia de educação inclusiva, que rompe e desequilibra conceitos da velha escola e tradições historicamente excludentes, enfrenta uma proposta que envolve a substituição de velhos paradigmas e a introspecção de si mesmo, a introdução de novas crenças, a tomada de posições consistentes, a adoção de diferentes metodologias, o uso de ferramentas tecnológicas, o investimento em formação contínua de professores e traduzir novos conhecimentos em práticas docentes que promovam a aprendizagem e a inclusão para todos.

Estas mudanças dependem não apenas do desejo das comunidades escolares de tornar as escolas ferramentas e espaços de inclusão social, nem dos professores e do seu profissionalismo, mas principalmente da responsabilidade das autoridades públicas em alocar recursos suficientes para atender às necessidades do estado, dos municípios e dos cidadãos. Investimento em cada escola e formação continuada de professores. A educação inclusiva requer medidas e ações orquestradas e bem definidas que devem se concretizar em cada escola e especificamente no interior de cada sala de aula.

Do discurso político à prática pedagógica, o papel da responsabilidade de cada indivíduo na concretização da inclusão educativa não parece claro. Algumas questões como estas são comuns: O professor em sala de aula tem que responder satisfatoriamente às perspectivas educacionais através do contato diário com os alunos? É ele o responsável pelo estabelecimento de metas e diretrizes ou o responsável pela eficiência e resultados concretos?

As escolas e os professores tradicionais têm boas razões para afirmar que não estão preparados para acolher alunos com necessidades educativas especiais. Eles afirmam que os

alunos com deficiência visual, auditiva, intelectual e física não podem ser ensinados. Eles se viram sem estrutura mínima, profissionais capacitados e sem ideia de como responder a situações inéditas e desafiadoras. Acabam adotando uma atitude passiva, distante e pouco ou nada fazendo para incluir esses alunos.

Entende-se que para os alunos com um nível de comprometimento que não lhes permite frequentar escolas formais, é garantida a educação em instituições especializadas quando necessitam de apoio intensivo e complementar. Embora a inclusão seja boa para todos, alguns defendem que os alunos permaneçam em escolas especializadas, mesmo que o seu empenho seja pequeno, citando a falta geral de estrutura e de preparação nas escolas regulares como grandes problemas. (BEYER. 2012)

Eles acusam as ações tomadas de serem falhas e contraditórias: primeiro, os alunos são colocados em escolas regulares, e só depois os professores são formados ou as condições, se houver, para tais serviços são fornecidas a eles. Denunciam a retórica oficial como hipócrita dada a falta de investimento estatal, a inexistência de redes de apoio na saúde e de parcerias com instituições de formação. Além da insuficiência de recursos destinados aos ajustes necessários. (GARCIA. 2011)

Estado de situação que resulta na inclusão/exclusão e transforma a escola regular mais em depósito que espaço de aprendizagem e socialização.

O próprio MEC denuncia que:

o que tem acontecido em nome dessa suposta socialização, é uma espécie de tolerância da presença do aluno em sala de aula e o que decorre dessa situação é a perpetuação da segregação, mesmo que o aluno esteja frequentando um ambiente escolar comum (BRASIL, 2006, p. 73).

Observando um outro entendimento, é possível chegar a análise de que os defensores da inclusão total e imediata não admitem a existência de escolas que, mesmo a título de garantirem uma espécie de “segregação positiva”, acabam por perpetuar a exclusão contra todo o arcabouço ideológico que se constrói a favor de uma ampla socialização e inclusão de todos.

Este posicionamento é bem representado pelo contundente desabafo da professora Maria Teresa Eglér Mantoan:

A verdade é que o tempo vai passando e, infelizmente, não estamos conseguindo encontrar uma direção que nos leve diretamente ao que nos propõe a inclusão nas escolas. Os motivos variam muito, mas estão, no geral, relacionados ao preconceito, à força das corporações que atuam em relação às pessoas com deficiência, à ignorância dos pais, às políticas educacionais, que neutralizam todo tipo de desafios que as escolas têm de enfrentar para aprimorarem suas práticas, a uma interpretação retrógrada de educação especializada, que substitui e não complementa o ensino regular. Portanto, há muito a fazer, no sentido de que a inclusão escolar possa ser entendida e posta em ação nos sistemas de ensino público governamental e privado. O tempo passa e não podemos continuar perpetuando as injustiças cometidas pela educação formal, ao definir o aluno ideal e ao discriminar os demais, por não se encaixarem nesse modelo (BRASIL, 2006, p. 4).

A partir desta citação, pode observar que a transição para uma nova prática de ensino inclusivo ainda irá enfrentar muitos embates pela frente. Sendo assim, é possível chegar ao entendimento que o caminho para a mudança está longe de ser unânime. É sabido que deve haver um consenso sobre a importância da escola ser inclusiva, aberta e democrática, não há, por outro lado, uma ideia ou proposta única de como alcançá-la, tendo em vista também a necessidade de diversidade da educação devido a cada abordagem agir de maneira diferente sob cada aluno.

O processo educativo jamais será algo linear, devido a complexidade de sua implementação e as diferentes abordagens de cada profissional. Sendo assim, os desafios no processo de implementação da inclusão devem ser vistos como uma parte fundamental do processo, pois a unanimidade, além de difícil alcance, nem sempre é inteligente. (NOGUEIRA, 2014)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi discorrido e exposto neste artigo, entende-se que a concretização da política de educação inclusiva só ocorrerá com a participação e posicionamento político de seus envolvidos, professores, pais, alunos, gestores e comunidade interessada, entendendo que é um trabalho que deve ser feito em conjunto. A legislação já respalda o direito de inclusão, contudo, é necessário de medidas e políticas dentro das escolas.

Foi observado no corpus deste trabalho que a escola é o melhor caminho para a disciplina da sociedade, é um ambiente seguro, onde permite o aprendizado e o erro, a solução de problemas e também a apresentação deles. Um ambiente onde profissionais especializados

no ensino e capazes de se comunicarem com diferentes tipo de pessoas, fazendo com que assim, seja o espaço ideal para novos hábitos e construção de pensamentos saudáveis.

Nota-se que uma mudança mais profunda e duradoura irá surgindo na medida em que uma parceria entre as comunidades, as escolas, as universidades e o governo, criar condições para um debate e conscientização permanentes, e levar a um compromisso coletivo de inclusão cidadã.

Sendo assim, conclui-se que um embate educacional, mas também essencialmente político, uma vez que somente a pressão social garantirá políticas públicas efetivas e um aporte orçamentário onde a educação seja realmente uma prioridade e na qual a educação inclusiva torne-se um objetivo permanente. Contribuir para que uma instituição de ensino seja inclusivo, só é possível quando a sociedade já entende a necessidade do respeito pelas diferenças, ou seja, a escola é um reflexo do que já deve acontecer na sociedade.

Referências

AINSCOW, M. **Desarrollo de escuelas inclusivas**. Madri: Narcea, 2001

BEYER, H.O. **A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação**. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v.1, n.1, 2012.

BEZERRA GF, Araujo DAC. **Em busca da flor viva: para uma crítica ao ideário inclusivista em educação**. *Educ Soc*. 2013;34(123):573-88.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Boletim 21. MEC, 2006.

CRUZ, G. C.; SORIANO, J. B. **Perspectivas docentes sobre formação profissional em educação física para atuação em contextos inclusivos**. *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 13, p. 1-16, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/viewFile/9263/8389>>. Acesso em: 02 OUT. 2023.

CROCHIK, J.L. **Análise de atitudes de professoras do ensino fundamental no que se refere à educação inclusiva**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.37, n.3, p.565, 2011.

CUNHA, A.C.B. **Fundamentos teóricos para construção das práticas em educação inclusiva.** *Polêmica*, Rio de Janeiro v.9, n.1, p. 92-99, 2010.

FREITAS SN. **Uma escola para todos: reflexões sobre a prática educativa.** *Inclusão. Rev Educ Espec.* 2006;2(3):37-40.

GARCIA, R.M.C.; MICHELS, M.H. **A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.17, spe1, p.105-124, 2011.

GLAT, R.; BLANCO, L.M.V. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva.** In: GLAT, R. (Org.). *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.* Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2007. p.15-35.

GOMES C. **Necessidades educacionais especiais: concordância de professores quanto à inclusão escolar.** *Temas Desenvolv.* 2005; 14(79):23-31.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Construir a Escola das diferenças: caminhando nas pistas da inclusão.** In: **O Desafio das Diferenças nas Escolas.** Boletim 21. MEC, 2006.

NOGUEIRA, J.L.F.; FUMES, N.L.F. **Reflexões sobre a educação brasileira e a educação especial: novos temas, velhas posturas.** *Reflexão & Ação*, v.17, n.1, p.1-20, 2009. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/781/635>>. Acesso em: 02 OUT. 2023.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos. **A construção multicultural da igualdade e da diferença.** Coimbra: Centro de Estudos Sociais. (Oficina do CES nº 135, janeiro de 1999).